

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.359 - SP (2019/0251043-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : **SILVANA BAHDUR BRUZADIN**  
**ADVOGADOS** : **MAURÍCIO ULIAN DE VICENTE - SP150230**  
                  **DANDARA GARBIN - SP354483**  
**AGRAVADO** : **SILVANA BEDIN**  
**ADVOGADO** : **JEFERSON IORI - SP112602**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 516, e-STJ):

Ação monitória - Cheques prescritos - O cheque prescrito é título bastante para instruir o procedimento monitório, que possui como requisito a prova escrita sem eficácia de título executivo, de acordo com o artigo 700 do NCPC -A ação monitória com base em cheques prescritos dispensa a indicação da causa de sua emissão (súmula 531 STJ) - Os títulos circularam, não sendo possível opor exceções pessoais ao terceiro de boa -fé - Inteligência do art. 25 da Lei 7.357/85 - Títulos formalmente perfeitos e exigíveis - Prova da má-fé não produzida - Alegação insubsistente sobre a prática de agiotagem - Prova da inexigibilidade do débito não produzida - Sentença reformada - Recurso provido.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados pelo acórdão de fls. 588-593, e-STJ.

Nas razões de recurso especial, aponta violação aos artigos 25 e 36 da Lei nº 7.357/85.

Sustenta que "*os documentos trazidos pela Recorrida que não foram hábeis para a propositura da ação monitória, pois as cártulas bancária já haviam perdido sua natureza de título cambial antes mesmo de sua emissão, uma vez que encontravam-se sustadas há 10 meses e 27 dias antes de sua emissão, sendo imprestáveis para amparar a pretensão da Recorrida; ainda a Recorrida não conseguiu provar qualquer relação mantida com a Recorrente*" (fl. 528, e-STJ).

Afirma que "*a jurisprudência já colacionada e do próprio STJ reconhece a relativização da inoponibilidade, mormente quando terceiro não demonstra a boa-fé no recebimento do título, como no caso em apreço*" (fl. 545, e-STJ).

Contrarrazões às fls. 597-598, e-STJ.

O recurso especial não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 609-611, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

O recurso não merece prosperar.

Isso porque, ao solucionar a controvérsia, o Tribunal de origem, soberano na análise do conjunto fático-probatório dos autos, concluiu que os documentos juntados pela parte recorrida são hábeis à instrução da ação monitória, entendendo pela proteção do terceiro de boa-fé, conforme se verifica: (fls. 521-522, e-STJ):

No caso, a prova produzida não se revelou apta a infirmar a exigibilidade dos cheques e tampouco a presunção de boa-fé de sua portadora.

Com efeito, restou incontroversa a circulação dos títulos, tratando-se de cheques assinados em branco pela ré, para posterior preenchimento por sua irmã, para pagamento de dívida do Buffet de que é proprietária.

No entanto, a alegação de que assinou o cheque em branco em nada a favorece, porquanto quem assina título em branco concorda tacitamente com o posterior preenchimento pelo portador.

Embora a embargante comprove ter solicitado à instituição financeira a sustação dos cheques em 07/08/2015 (fl. 76/77) e os cheques tenham, de fato, sido devolvidos com base na alínea 21 do BACEN (cheque sustado ou revogado - fls. 7/9), tal alegação não socorre à embargante, por não ostentar referido procedimento caráter público, não se podendo exigir da autora tivesse dele conhecimento ao receber os cheques de terceiro.

Insubsistente, ainda, a alegação da embargante no sentido de que os cheques já se encontravam pagos pelo cheque nº 1840, emitido em 31/04/2016, por Michael Badhur Júnior, no valor de RS30.000,00,

mesmo porque referido cheque tem data anterior aos da ação monitoria (fls. 80). Ademais, o valor não corresponde ao débito da ação monitoria.

Destarte, preservado o convencimento do d. Juiz de Direito, não logrou a embargante produzir provas suficientes a afastar a exigibilidade dos títulos.

Também não há prova da má-fé da autora no recebimento dos cheques, sendo que a alegação da prática de agiotagem é genérica desacompanhada de qualquer prova nesse sentido que a corroborassem.

Assim, considerando que a boa fé do portador do título é sempre presumida, tem-se que esta não foi elidida no caso em comento à míngua de prova concreta a evidenciada má-fé da autora apelante.

Destarte, conclui-se que a prova produzida não se revelou apta a infirmar a exigibilidade dos cheques que embasam a monitória, não se desincumbindo a embargante de comprovar a ocorrência de fato desconstitutivo, impeditivo ou modificativo do direito da embargada, nos termos do art. 373, II, do CPC/2015.

Diante deste quadro, forçoso reconhecer que os títulos prescritos são suficientes para a comprovação da existência da dívida, sendo caso de prover-se o recurso da autora para rejeitar os embargos monitórios, julgando procedente a ação, nos termos em que pleiteado pela autora na inicial.

Por tais fundamentos, dá-se provimento ao recurso, rejeitando os embargos monitórios, julgando-se procedente a ação, constituindo de pleno direito o título executivo judicial, no valor de R\$27.865,34 (vinte e sete mil e oitocentos e sessenta e cinco reais e trinta e quatro centavos), com correção monetária pela Tabela do TJSP e juros de mora de 1% ao mês, ambos a partir da apresentação dos cheques ao Banco sacado, condenando a requerida embargante, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência, arbitrados em 15% do valor atualizado da condenação (rt. 85. §2º c 11, do CPC).

Dessa forma, a revisão dessas premissas é providência que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ: "*A pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial*".

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora